



PAULO BEHR FERRO
pferro@jj.com.br

Meio ambiente

Se não bastasse a crise política brasileira, que já quase triplicou o número de pessoas presas por corrupção, o Le Monde de ontem aponta que o Brasil está fazendo feio na área ambiental, com permissões que comprometeriam a floresta amazônica. Até mesmo Gisele Bündchen fez críticas, assim com o presidente da ONG ambiental WWF. (A.G.)

Casa Civil

A Unidade de Gestão da Casa Civil de Jundiá iniciou a elaboração do Manual de Prestação de Contas, Edital de Chamamento Público e Plataforma Informatizada de Gestão, em conformidade com a Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

Barco furado

Os políticos, ex-políticos e aspirantes às eleições precisam ficar atentos às mídias sociais. Sem essa de pegar carona na demanda social de outrem e instituições sérias porque os intemautes estão atentos e exigem soluções. Entre um projeto demagogo e falsas promessas, ficam os votos perdidos e as críticas nas mídias. (A.G.)

► LEGISLATIVO JUNDIAIENSE

Proposta revoga lei de 1989, que exige referendo legislativo para prorrogação de acordo de exploração de serviço

Câmara vota projeto sobre contrato de serviço público

PAULO BEHR FERRO
pferro@jj.com.br

Sete projetos e uma proposta de emenda à lei Orgânica estão na pauta da sessão desta terça-feira (27) da Câmara de Jundiá. Uma propositura é, na verdade, o projeto de lei 12.252/2017, do prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB), que revoga a lei 3.396/89 e exige referendo legislativo para a prorrogação do contrato de exploração de serviço público. Para passar esta proposta do chefe do Executivo, a maioria simples dos 19 membros da Casa deverá dar o "sim".

A justificativa de Luiz Fernando se baseia no artigo 22, inciso 27, da Constituição Federal, que diz que legislar a respeito de normas gerais de licitação e contratos é de competência privativa do legislador federal. Nenhum item da pauta deve provocar maior discussão no plenário.

Aprovada na sessão da semana passada em primeiro turno, a proposta de emenda à lei orgânica 132/2017, também do prefeito de Jundiá,



SESSÃO ORDINÁRIA Vereadores começam a apreciar a pauta da Câmara de Jundiá às 18 horas desta terça-feira (27)

será apreciada em segundo turno nesta terça. Ela estabelece novos prazos para a apresentação de matérias orçamentárias e modifica disposições sobre o Plano de Metas e a prestação de informações à Câmara. A proposta 132

tem que ter maioria de 3/5 para ser ratificada.

Um projeto de lei (12.287), de Luiz Fernando, e dois projetos de resolução da mesa diretora do Legislativo (802 e 803) têm a ver com o auxílio-alimentação do funcionalismo público de Jundiá. O primeiro reajusta o benefício a partir de 1º de maio deste ano - conforme aceitação da categoria à proposta do governo, após assembleia realizada no início de junho - e os dois seguintes alteram as resoluções 525 e

560, respectivamente, para majorar o auxílio-alimentação dos servidores. Adiante na semana passada, a votação do projeto de lei 12.263, do vereador Antonio Carlos Albino (PSB), está prevista para ocorrer amanhã. A propositura inclui no calendário municipal de eventos o Encontro Homens com Honra no terceiro final de semana de agosto. Trata-se de um evento cultural que visa reunir pessoas de diferentes definições religiosas, despertando nelas a capacidade de serem melhores cidadãos.

Prevenção Também estão na pauta os projetos 12.267, do vereador tucano Faouaz Taha, que inclui no calendário de Jundiá o Dia Municipal de Prevenção ao Suicídio, e o 12.281, do petebista Marcelo Gastaldo. Este último altera a lei 8.772/17, que exige divulgação por parte do Poder Executivo da programação de execução de serviços públicos, para prever informação quanto ao departamento responsável.

Prevenção Também estão na pauta os projetos 12.267, do vereador tucano Faouaz Taha, que inclui no calendário de Jundiá o Dia Municipal de Prevenção ao Suicídio, e o 12.281, do petebista Marcelo Gastaldo. Este último altera a lei 8.772/17, que exige divulgação por parte do Poder Executivo da programação de execução de serviços públicos, para prever informação quanto ao departamento responsável.

► PRESIDENTE DENUNCIADO

Temer reúne núcleo político em Brasília

O presidente Michel Temer reuniu o núcleo político de seu governo no Palácio da Alvorada no início da noite de ontem, às vésperas de a Procuradoria-Geral da República apresentar à Câmara denúncia sobre ele.

Temer retornou no sábado (26) da Europa, onde cumpriu agenda oficial durante a semana. No final da manhã de ontem, ele recebeu no Palácio do Jaburu os ministros Moreira Franco (Secretaria-Geral) e Grace Mendonça, da Advocacia-Geral da União (AGU). No encontro, o presidente garantiu à Grace Mendonça sua continuidade no cargo. O peemedebista afirmou que nunca cogitou tirá-la do posto e

elogiou o trabalho dela.

Participaram da reunião os ministros Moreira Franco, Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo), Eliseu Padilha (Casa Civil), Sérgio Etchegoyen (GSI) e Aloysio Nunes (Relações Exteriores), os líderes do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e no Congresso, André Moura (PSC-SE), além do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que assumiu a Presidência da República durante o tempo em que Temer esteve fora do País.

A expectativa é que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresente nesta semana a denúncia contra Michel Temer, alvo de gravação e delação da cúpula do grupo J&F.

A ideia do governo é usar só três sessões para a defesa, pressionando o relator a agilizar a conclusão do parecer. O relator que irá redigir este parecer ainda não foi definido. Os nomes mais fortes até o momento são os dos peemedebistas gaúchos Alceu Moreira e Jones Martins. Ambos tiveram parte de suas campanhas em 2014 financiadas por Michel Temer, segunda uma reportagem publicada pelo jornal Folha de S.Paulo.

Reportagem publicada ontem mostra também que parte dos deputados não vão julgar a procedência da denúncia que a Procuradoria-Geral da República deve apresentar sobre Michel Temer já foi no mínimo citada em planilhas de pagamentos ou nas delações da Odebrecht e da JBS.

Um quinto dos 66 titulares da CCJ foi ao menos mencionado nessas delações ou nas planilhas de propina. Dos 14 congressistas do colegiado que aparecem nesse contexto, dois tiveram seus casos arquivados: Esperidião Amin (PP-SC) e Paulo Maluf (PP-SP). (FP)

Reportagem publicada ontem mostra também que parte dos deputados não vão julgar a procedência da denúncia que a Procuradoria-Geral da República deve apresentar sobre Michel Temer já foi no mínimo citada em planilhas de pagamentos ou nas delações da Odebrecht e da JBS.

Um quinto dos 66 titulares da CCJ foi ao menos mencionado nessas delações ou nas planilhas de propina. Dos 14 congressistas do colegiado que aparecem nesse contexto, dois tiveram seus casos arquivados: Esperidião Amin (PP-SC) e Paulo Maluf (PP-SP). (FP)

Reportagem publicada ontem mostra também que parte dos deputados não vão julgar a procedência da denúncia que a Procuradoria-Geral da República deve apresentar sobre Michel Temer já foi no mínimo citada em planilhas de pagamentos ou nas delações da Odebrecht e da JBS.

► ODEBRECHT

Políticos admitem ter recebido 'caixa 3'

Apelidado pelos executivos da Odebrecht de "Boca Molel", o deputado Heráclito Fortes (PSB-PI) é um dos políticos que admitem ter recebido da empreiteira doação eleitoral por meio de empresas laranjas. A prática, chamada de "caixa três", consiste em uma triangulação do dinheiro de campanha com o objetivo de escamotear quem era o real financiador.

"Eu declarei, foi tudo por dentro. Não sei por qual motivo a Odebrecht não quis dar o dinheiro e passou para outras duas empresas. Acho que havia muita pressão na época e ela não queria aparecer muito", diz Heráclito.

Só nas eleições de 2010, a Odebrecht - a principal empreiteira investigada nos desvios da Petrobrás - usou o caixa três para direcionar R\$ 5,5 milhões para 28 candidatos. Na prestação de contas eleitorais desses políticos, a empreiteira não figurou como a real fonte dos recursos, e sim a Praiamar e a Leyroz. As investigações apontam que essas duas empresas eram distribuidoras do grupo Petrópolis, fabricante da cerveja Itaipava.

Em delação premiada, executivos da Odebrecht contaram ao Ministério Público que a cervejaria foi usada diretamente em 2014 para replicar o esquema. De acordo com explicações dadas aos procuradores, havia dois motivos para a utilização do modelo: não estourar o teto estabelecido por lei para doações e evitar cobranças de políticos preteridos.

"Na verdade a empresa

(ODEBRECHT) me fez uma doação e apareceu por meio dessas duas empresas", disse o deputado Paulo Teixeira (PT-SP), que nega conhecer a Praiamar e a Leyroz. "Não tenho a menor ideia (do porque da triangulação). Como é a doação empresarial? Você vai na empresa e declina a sua conta. Aí aparece essas empresas (na prestação de contas)."

Já o líder da bancada do PT na Câmara, Carlos Zaratini (SP), diz que recebeu das duas empresas, mas afirma não se lembrar das circunstâncias nem conhecer a relação delas com a Odebrecht.

Nas palavras do Ministério Público, trata-se de uma "inequívoca ilicitude", um "engodo, uma artimanha para mascarar o verdadeiro autor da doação, que por vias indiretas injeta dinheiro em uma campanha sob o véu do anonimato". "Está-se diante de uma nova modalidade de contabilidade espúria de campanha."

A reportagem também procurou as assessorias dos tucanos Acácio Neves, senador afastado, e Bruno Araújo, ministro das Cidades, que também receberam da Praiamar e da Leyroz. Não houve resposta.

A Odebrecht disse que a empresa está colaborando com a Justiça no Brasil e nos países em que atua.

A assessoria da Petrópolis afirmou que a Leyroz e a Praiamar eram distribuidoras terceirizadas de produtos do Grupo Petrópolis e que "todas as doações feitas pelo Grupo Petrópolis seguiram estritamente a legislação eleitoral". (FP)

► NO SENADO

CCJ deve votar reforma trabalhista na 4ª

A proposta de reforma trabalhista, contida no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017, será submetida a uma votação no Senado. Agora é a vez de os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) opinarem. A reunião está marcada para 10h de quarta-feira (28). Amanhã, haverá duas audiências públicas, pela manhã e à tarde.

Conforme ficou acertado com o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), os opositoristas prometem não fazer manobras para atrasar a votação ou obstruir os trabalhos. Ainda assim, o senador Ricardo Ferraço (PDB-ES), relator da

proposta nas comissões de Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos, já avisou que a votação vai ocorrer, mesmo que a reunião entre pela madrugada.

"Acredito que entre pela madrugada até pelo debate que vamos fazer. É natural, é do processo democrático que todos expressem suas convicções e divergências. Mas vamos esgotar esse tema na Comissão de Justiça na quarta-feira", afirmou Ferraço.

Oposição

Animados pela recente vitória na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), quando derrubaram o relatório de Ferraço, os opositoris-

tas acreditam que poderão virar o jogo também na CCJ ou, posteriormente, no Plenário.

O senador Paulo Paim (PT-RS) já está elaborando seu voto em separado, com a ajuda de entidades representativas de especialistas, advogados e juizes, advertindo que se trata de um projeto que fere a Constituição.

"Na CAS ganhamos por um voto. O voto da consciência, da humanização e da esperança. Agora é na CCJ. Antes, vamos ouvir juristas, empresários e sindicalistas. Quero ver um só que tenha coragem de defender esse projeto como está aqui", afirmou Paim.

Até agora, oficialmente,

a CCJ recebeu apenas um voto em separado. É de Eduardo Braga (PMDB-AM), que opina pela rejeição. O senador aponta itens do projeto que vão contra os direitos do trabalhador, na opinião dele, e por isso afirma que a proposta não merece a chancela do parlamento. Braga é mais um peemedebista a se manifestar contra a reforma, a exemplo de Renan Calheiros (AL), Roberto Requião (PR) e Hélio José (DF). Também em entrevista à Rádio Senado, o senador Hélio José (PMDB-DF) afirmou que se o relatório de Jucá continuar semelhante ao apresentado na CAS, ele novamente votará contra. (Agência Senado)